

# PLATAFORMA SINDICAL DA RTP

## Informação aos Trabalhadores

A Plataforma de Sindicatos representativos dos trabalhadores ao serviço da Rádio e Televisão de Portugal (RTP) reuniu-se dia 6 de Janeiro, com o Conselho de Administração (CA) da Empresa para uma primeira reunião de trabalho sobre o Plano de Reestruturação.

Da informação prestada pelo Presidente do CA, Alberto da Ponte, há a reter o seguinte:

**1** – O plano está em fase preparatória e tem em linha de conta as verbas disponíveis em 2014 de apenas 180 milhões de euros;

**2** – O plano tem como característica a sua flexibilidade, prevendo fases de revisão que permitam infletir algumas medidas, mas rígido quanto aos objetivos finais de «modernização e desenvolvimento da empresa»;

**3** – O CA afirmou que está previsto contrair um empréstimo financeiro á banca com o valor de 42 M€, sendo que 30 M€ serão destinados a rescisões amigáveis.

**4** – O CA aguarda pela disponibilização de verbas do empréstimo, para dar início ao processo de rescisões por mútuo acordo, para as quais já há 45 propostas aceites.

**5** – Em resposta à questão do sobre dimensionamento da Direção de Produção o CA considera que, existe um excesso de recursos de pessoal recrutados externamente e que com um planeamento adequado, poderá ser possível rentabilizar os meios próprios e diminuir o recurso a meios externos;

**6** – O CA decidiu reforçar a colaboração dos centros regionais com os canais internacionais, considerando que os centros regionais devem ser utilizados para veicular informação e conteúdos para as regiões e continente mas sobretudo para fora do País.

Os sindicatos declararam que estão disponíveis para debater com a administração as medidas do plano de reestruturação e pronunciar-se sobre ele, na condição e na perspectiva de que em cima da mesa o cenário de despedimentos não exista. Para o presidente da Empresa, esta declaração dos sindicatos foi entendida como legítima e compreensível, aceitando mesmo o princípio, mas salientou no entanto, que o equilíbrio entre as receitas e as despesas terá de ser uma realidade. “Estamos no campo das rescisões amigáveis e é assim que iremos trabalhar”.

As organizações sindicais afirmaram que o financiamento de 180 M€, apenas, reflete os valores da Contribuição Audiovisual (CAV) e das receitas comerciais e não tem em linha de conta os custos com os canais internacionais, que devem ser financiados pelo Estado por serem uma obrigação para com as comunidades portuguesas na diáspora e objectivo estratégico da lusofonia.

As partes concordaram na necessidade de um melhor planeamento do trabalho e aproveitamento dos recursos, que permita apostar na produção própria e reduzir a compra de programas produzidos externamente. Convergiram, ainda, na necessidade

do aumento da produção e receitas próprias da RTP. Para o efeito, a Plataforma Sindical salientou a necessidade de informações contabilísticas adicionais.

Em relação aos Centros Regionais dos Açores e da Madeira, as partes convergiram na importância do seu trabalho, não só para o todo nacional como para os portugueses na diáspora, e na necessidade de aproveitar melhor os meios desses Centros.

O CA indicou que a empresa “Electricidade da Madeira” não está a pagar a Contribuição do Audiovisual devida, desde 2005 e que já interveio junto do Governo no sentido de os 9,5 milhões de euros que a EDM deve, serem pagos e deste valor ser regularmente entregue à RTP.

Ficou acordado que o CA vai enviar aos sindicatos a informação solicitada e que as partes se voltarão a reunir, ainda, em Fevereiro.

Entretanto, em reunião realizada na passada segunda-feira, o ministro da tutela, Miguel Relvas, disse à Plataforma que considera inaceitável o fato da Contribuição do Audiovisual não estar a ser cobrada na Madeira. Ficou o compromisso do Governo em fazer cumprir a lei.

O ministro reafirmou que a RTP tem de viver a partir de 2014 com 140 milhões de euros da taxa do audiovisual acrescida das receitas comerciais, que «têm um longo caminho para crescer», nomeadamente em África. Na opinião do Ministro Miguel Relvas a Rádio e Televisão de Portugal empresa «está sobredimensionada» em custos. Acrescentou que se as receitas comerciais forem abaixo dos 40 milhões de euros a RTP tem de se adaptar às receitas que obtiver.

Os sindicatos representativos dos trabalhadores ao serviço da RTP voltam a sublinhar o seu compromisso na defesa dos Serviços Públicos de Rádio e de Televisão, da valorização da RTP e de todos os seus canais, bem como – e especialmente – dos trabalhadores e dos seus postos de trabalho, recusando despedimentos, não aceitando de todo a privatização total ou parcial da empresa, nem o desmantelamento de serviços.

Em defesa do Serviço Público de Rádio e Televisão, os sindicatos

**FE**-Federação dos Engenheiros

**SINTTAV**-Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual

**SITIC**-Sindicato Independente dos Trabalhadores da Informação e Comunicações

**SJ**-Sindicato dos Jornalistas

**SMAV** – Sindicato dos Meios Audiovisuais

**STT**-Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual

Lisboa, 7 de fevereiro de 2013